

A LINGUAGEM REGIONAL-POPULAR DE A BAGACEIRA

Maria do Socorro Silva de Aragão
Universidade Federal do Ceará
Universidade Federal da Paraíba

INTRODUÇÃO

A obra A Bagaceira, do escritor e homem público paraibano José Américo de Almeida foi um marco na literatura regional brasileira por sua linguagem regional nordestina e por ter, também, uma linguagem popular, ligada às pessoas simples do interior da Paraíba.

José Américo de Almeida nasceu na cidade de Areia, na região do Brejo paraibano,

José	Américo	de	Almeida	
Nasceu em Areia, formou-se em Direito no Recife, foi promotor e procurador geral da Paraíba, foi secretário de segurança do interior e justiça no governo de João Pessoa, na revolução de 1930 foi interventor na Paraíba passando a ministro da Viação e Obras Públicas de Vargas. Criou o departamento de Correios e Telégrafos, elaborou o primeiro plano de viação do país e o projeto de um departamento de estradas de rodagem, em 1935 elegeu-se senador no mesmo ano foi nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União, foi governador da Paraíba, em 1966 foi eleito membro da Academia Brasileira de				Letras.
Reflexões	de			Obras:
A Paraíba	e			(1914)
A				uma cabra (1923)
O Boqueirão				seus problemas (1928)
Os Casos de Sangue (1954)				Bagaceira (1928)
				e Coiteiros (1935)

Gentileza Academia Brasileira de Letras www.academia.org.br

José Américo de Almeida nasceu em Areia, Paraíba, a 1º de outubro de 1887. Era filho de Inácio Augusto de Almeida e de Josefa Leopoldina Leal de Almeida. Faleceu na cidade de João Pessoa a 10 de março de 1980. Membro da Academia Brasileira de Letras em 27 de outubro de 1966, foi empossado em 28 de junho de 1969.

Órfão de pai aos 9 anos, o menino foi entregue aos cuidados do tio Padre Odilon Benvindo. José Américo fez seus estudos no Seminário da capital do Estado e no Liceu Paraibano. Em 1903 ingressou na Faculdade de Direito do Recife e obteve do governo a nomeação para o cargo de promotor público na comarca de Sousa. Em 1911 passou a ocupar as elevadas funções de Procurador Geral do Estado.

A publicação do romance "A bagaceira", em 1928, projetou-lhe o nome em todo o país, com o destaque dado à literatura regionalista que, ainda no século XIX, se concentrara,

sobretudo, nas obras de Franklin Távora e de Domingos Olímpio, este, já no início do século seguinte, com "Luzia Homem", livro considerado por Afrânio Peixoto como "um modelo de romance regional".

Em 1922 publicara José Américo as "Reflexões de uma cabra" a que se seguiu "A Paraíba e seus problemas"(1923) obra de grande conteúdo social.

Secretário do Interior e Justiça durante o governo de João Pessoa na Paraíba, teve de enfrentar os conflitos políticos na região de Princesa.

Com a vitória da Revolução de 1930 assumiu, de 1930 a 1934, o Ministério da Viação e Obras Públicas. Um desastre aéreo na cidade de Salvador, em 1932, deixou-o seriamente ferido.

Em 1934 Getúlio Vargas o nomeou para o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Sé. Eleito Senador em 1935 seria, algum tempo depois, designado Ministro do Tribunal de Contas da União.

Depois do êxito de "A bagaceira" publicou, ainda, os romances "O boqueirão"(1935) e "Coiteiros", competindo, nessa época com os nordestinos José Lins do Rego e Jorge Amado, bem como com Amando Fontes, este nascido em Santos (São Paulo), de família sergipana.

Em 1937 foi apresentado como candidato dos partidos governistas à presidência da República, com grandes probabilidades de vitória, mas o golpe de Estado de 10 de novembro desse ano suprimiu a campanha eleitoral. O Congresso Nacional foi dissolvido e outorgada ao país uma Carta Constitucional, pela qual era implantado, no país, o Estado Novo.

Em fevereiro de 1945, com uma entrevista ao matutino carioca "Correio da Manhã" José Américo contribuiu decisivamente para pôr fim à ditadura implantada por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937.

Nas eleições de 2 de dezembro de 1945 José Américo foi eleito Senador pelo seu Estado natal. Mais tarde, recompôs-se politicamente com o ex-ditador voltando a ocupar a pasta ministerial da Viação e Obras Públicas, cargo em que se conservou até o suicídio do Presidente na manhã de 24 de agosto de 1954.

Entregou-se José Américo à tarefa de escrever as suas memórias e, em 1966, ingressou na Academia Brasileira de Letras, ocupando a vaga deixada pelo trágico falecimento do professor Maurício de Medeiros.

A União Brasileira de Escritores presta-lhe significativa homenagem - em 1977 - como "O Intelectual do Ano".

No ano anterior publicara o homenageado mais um livro de memórias, intitulado "Antes que me esqueça".

José Américo de Almeida

José Américo de Almeida nasceu em Areia (PB), em 1887, pertencente a uma família com influência na política da região.

Advogado, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Recife em 1908. Em 1911, foi nomeado promotor-geral do estado da Paraíba, cargo que ocupou até 1922, quando tornou-se consultor-geral do estado. Bem relacionado nos círculos literários paraibanos, no ano anterior publicara seu primeiro livro. Em 1928, projetou-se ao lançar *A Bagaceira*, considerado o ponto de partida do novo romance regional brasileiro.

Nesse mesmo ano, iniciou sua participação na gestão de João Pessoa à frente do governo da Paraíba. Como secretário estadual do Interior, implantou forte tributação sobre o comércio entre o interior paraibano e o porto de Recife, até então livre de impostos, com o objetivo de reforçar as finanças estaduais e fortalecer o porto de Cabedelo (PB). Tal medida acabou por gerar grande descontentamento entre os fazendeiros do interior do estado, entre os quais o coronel José Pereira, cuja influência política se estendia a outros estados nordestinos.

Nas eleições presidenciais realizadas em março de 1930, apoiou a candidatura oposicionista de Getúlio Vargas, que tinha João Pessoa como vice em sua chapa. Poucos dias antes do pleito, o coronel José Pereira sublevou o município de Princesa, sua base política, contra o governo paraibano. A Revolta de Princesa, como ficou conhecida, recebeu apoio do governo federal e causou sérios problemas ao governo de João Pessoa. José Américo foi deslocado, então, para a Secretaria de Segurança, participando pessoalmente da repressão à rebelião.

Nessa ocasião, elegeu-se deputado federal, não tendo, porém, seu mandato reconhecido pela Comissão de Reconhecimento de Poderes da Câmara Federal, vitimado pelo expediente da "degola". Participou ativamente das articulações do movimento revolucionário que levaria à deposição do presidente Washington Luís, em outubro, impedindo que o governo federal fosse entregue a Júlio Prestes, eleito nas eleições de março. O movimento revolucionário, cogitado desde antes da eleição, acelerou-se após o assassinato, em junho, do governador João Pessoa por um correligionário do coronel José Pereira. José Américo foi designado chefe civil da revolução nos estados do Norte e Nordeste, cabendo a chefia militar a Juarez Távora. Deflagrado o movimento no dia 3 de outubro, já no dia seguinte José Américo assumia o controle do governo paraibano, ao mesmo tempo que dava posse, junto com Juarez Távora, a diversos interventores nos estados vizinhos. Após a posse de Vargas à frente do governo federal, foi nomeado ministro da Viação e Obras Públicas.

Participou ativamente da formação do Clube 3 de Outubro, organização que buscava dar coesão aos revolucionários que defendiam o ideário tenentista. Após combater a proposta de constitucionalização do país nos primeiros anos do novo regime, foi designado por Vargas para compor a comissão encarregada de elaborar o ante-projeto da futura Constituição. Como ministro de Estado participou, na condição de membro nato, dos trabalhos constituintes entre 1933 e 1934, articulando a permanência de Vargas no poder.

Em julho de 1934, exonerou-se do ministério e elegeu-se senador pela Paraíba. Já no ano seguinte, porém, renunciaria ao seu mandato para ocupar, por indicação de Vargas, o posto de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Durante o ano de 1937, teve o seu nome lançado para concorrer à sucessão de Vargas nas eleições previstas para janeiro do ano seguinte. Recebeu, então, o apoio de quase todos os governadores e de membros do governo federal, procurando apresentar-se como o candidato situacionista. Os opositores do governo federal, por sua vez, lançaram o nome do governador paulista Armando de Sales de Oliveira, enquanto a Ação Integralista Brasileira (AIB) lançou o seu líder, Plínio Salgado. João Américo realizou intensa campanha, na qual assumiu um discurso esquerdizante e realizou manifestações em favelas e locais populares. Vargas, porém, frustrou a expectativa dos candidatos ao promover, em novembro de 1937, o fechamento do Congresso e o cancelamento das eleições presidenciais, dando início à ditadura do Estado Novo.

José Américo afastou-se, então, de Vargas, mas manteve-se em seu posto no TCU durante todo o Estado Novo. No final de 1944, retomou as atividades políticas. Em janeiro do ano seguinte, representou a Paraíba no Congresso Brasileiro de Escritores, evento que assumiu nítido caráter antiditatorial. No mês seguinte, concedeu entrevista ao jornalista Carlos Lacerda, publicada no Correio da Manhã, criticando o governo federal. Essa entrevista rompeu com a censura até então vigente no país, alcançando grande repercussão.

Em seguida, dedicou-se à articulação da candidatura presidencial do brigadeiro Eduardo Gomes, lançada por opositores do Estado Novo reunidos na União Democrática Nacional (UDN), fazendo parte, inclusive, da comissão diretora do novo partido. A eleição, realizada em dezembro de 1945, foi vencida, porém, pelo general Eurico Gaspar Dutra, apoiado por Vargas, deposto dois meses antes pelos chefes militares.

Em janeiro de 1947, deixou o TCU ao eleger-se senador por seu estado natal. Nesse mesmo mês foi escolhido para a presidência nacional da UDN. Em maio do ano seguinte, porém, desligou-se do partido por discordar de sua excessiva aproximação com o governo de Dutra. Fundou, então, na Paraíba, o Partido Libertador, legenda pela qual elegeu-se governador do estado em 1950.

Em 1953, já reconciliado com Vargas, deixou o governo paraibano e voltou a assumir o Ministério da Viação e Obras Públicas, durante o segundo governo do político gaúcho. Com o suicídio de Vargas, em agosto de 1954, demitiu-se do ministério, apesar de ter sido convidado pelo presidente Café Filho a permanecer no cargo. Reassumiu, então, o governo da Paraíba.

Ao terminar sua gestão à frente do Executivo paraibano, afastou-se dos cargos públicos. Manteve, porém, forte influência sobre a política daquele estado ainda por muitos anos. Em 1964, deu apoio ao golpe militar que depôs o presidente João Goulart e instalou novo período ditatorial no país.

Em 1967, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras.

Morreu em João Pessoa, em 1980.

Passam-se os tempos. E neles homens. Mas os seus feitos, glórias e lutas permanecem cravados nas linhas turvas da história. A mesma história, que ora decreta a morte, ora aclama pela existência dos homens. Assim, com a mesma força de afagar e castigar, ela coroou o poeta, escritor e político José Américo de Almeida. Responsável pela inclusão do romance regionalista na linha dos tempos e de, também, ser o grande criador da geografia moderna, com o livro *A Paraíba e seus problemas*, 1923. Considerado um dos mais sérios documentos já realizado sobre a história sócio-econômica, política e geográfica de um Estado.

José Américo de Almeida nasceu no dia 1º de outubro de 1887, no engenho Olho D'Água, na cidade de Areia, localizada no Brejo paraibano. Filho de Ignácio Augusto de Almeida e de dona Josepha Leopoldina de Almeida, casou-se com dona Anna Alice de Mello, com quem teve três filhos, dos quais apenas Reynaldo Melo de Almeida está vivo. Ele é general da reserva do exército e morra no Rio de Janeiro.

Em 2002, o poeta-escritor-político José Américo completaria 115 anos de vida. Faleceu no dia 10 de março de 1980, aos 90 anos, na capital paraibana, em sua casa, no Cabo Branco - João Pessoa -, hoje funciona a Fundação Casa de José Américo, composta de um museu, arquivo, biblioteca, setor de pesquisas, setor de promoções culturais e setor de publicações.

Considerado um dos maiores nomes da história política e cultural da Paraíba, José Américo iniciou os seus estudos no engenho onde nasceu, orientado pela sua professora, dona Verônica dos Santos Leal. Aos 11 anos foi estudar na cidade de Areia, em virtude da morte do seu pai. Logo em seguida muda-se para a capital, onde estudou no Seminário da Paraíba e no Liceu paraibano.

Em 1904, matricula-se na Faculdade de Direito do Recife/PE. Chegando a publicar em sua cidade natal o jornal (*Correio da Serra*, 1907), junto com os amigos Simão Patrício e Eduardo Medeiros. O gosto pela leitura e o desejo de retratar o que passava e que via em sua volta, foram os ingredientes para que José Américo começasse a escrever os fatos políticos, sócias e geográficos da Paraíba e do Nordeste, o que lhe traria o título de um dos maiores brasileiros do século XX.

Contos e sonetos de sua autoria logo foram publicados no jornal oficial *A União* e, em 1922, publicou o seu primeiro livro *Reflexões de um cabra*, tratando de forma sarcástica a vida dos nordestinos emigrantes. Bacharel em Direito, começou a carreira como homem público em 1909, quando foi nomeado promotor público da Comarca de Sousa, no alto-sertão paraibano.

Após dois anos assume a procuradoria geral do Estado, até 1922. Mas foi a partir de 1928 que José Américo deu início a sua glória como escritor, com o lançamento do romance *A Bagaceira*. Com traduções para o Inglês, espanhol, francês e esperanto, o livro teve mais de trinta edições.

José Américo de Almeida, fez-se tornar-se uma figura essencial no cenário político brasileiro. Admirado, quando durante a Revolução de 30 assumiu o cargo de Secretário do Interior e Justiça, tendo de enfrentar os conflitos políticos na região de Princesa Isabel.

Com a vitória da revolução, ao lado de João Pessoa, assumiu cargos de confiança no governo. No mesmo ano, recebeu o convite do Presidente Getúlio Vargas para assumir o cargo de Ministro da Viação e Obras Públicas, cargo que envaideceu toda à Paraíba. Porém, a vida do homem público teve o seu momento de turbulência, quando em 1958 candidatou-se ao senado, e perdeu a

Areia tem um calendário de eventos já consagrado no cenário paraibano, tendo também espaço na programação da mídia nacional, como o Festival Brasileiro da Cachaça e da Rapadura, o Festival da Artes, o Bregareia e o Foliarte, todos atraindo milhares de pessoas de todos os Estados do Brasil. A cidade também conta com outros eventos, como por exemplo: o aniversário da cidade (18 de maio); festa da padroeira(final do ano); dentre outros

O escritor e político paraibano José Américo de Almeida nasceu no engenho Olho d'Água, município de Areia, no dia 10 de janeiro de 1887, filho de Inácio Augusto de Almeida e de Josefa Leopoldina Leal de Almeida.

Iniciou seus estudos no engenho onde nasceu, com a professora Júlia Verônica dos Santos Leal. Após a morte do seu pai, aos nove anos, foi entregue aos cuidados de um tio, o padre Odilon Benvindo, que tentou iniciá-lo na carreira eclesiástica, internando-o no Seminário de João Pessoa. Sem vocação, no entanto, deixou o Seminário e ingressou no Liceu Paraibano e depois na [Faculdade de Direito do Recife](#), bacharelando-se em 1908.

Depois de formado voltou à Paraíba, onde foi nomeado promotor da comarca de Souza.

Ocupou importantes cargos públicos nas esferas estadual e nacional. Foi procurador-geral, consultor jurídico, secretário estadual das pastas do Interior e Justiça e Segurança Pública (no governo de [João Pessoa](#)), governador da Paraíba, ministro da Viação e Obras Públicas, ministro do Tribunal de Contas da União-TC e embaixador do Brasil junto à Santa Sé, no governo do presidente Getúlio Vargas, exercendo ainda mandatos de deputado federal e senador pelo seu Estado.

Em 1937, foi lançado como candidato à presidência da República, porém em novembro deste mesmo ano, Getúlio Vargas fechou o Congresso Nacional e cancelou as eleições presidenciais, dando início ao Estado Novo (1937-1945).

José Américo afastou-se de Vargas, mas continuou como ministro do TCU durante todo o período do Estado Novo, voltando as suas atividades políticas no final de 1944.

Eleito senador pela Paraíba, em fevereiro de 1945, recompôs-se politicamente com Getúlio Vargas, voltando a assumir o Ministério da Viação e Obras Públicas, cargo que ocupou até a morte de Vargas em 1954.

Candidatou-se à vice-presidência da República, em 1946, mas perdeu a eleição para o senador Nereu Ramos.

Em janeiro de 1947, foi eleito senador pela Paraíba e escolhido para presidir o partido da União Democrática Nacional - UDN, porém, no ano seguinte, desligou-se do partido por divergir de algumas de suas linhas de atuação e fundou, no seu estado natal, o Partido Libertador, pelo qual se elegeu governador em 1950.

Lançou-se candidato ao Senado Federal, em 1958, mas não conseguiu eleger-se, afastando-se então da vida pública. Num retiro voluntário, recolheu-se à sua residência na praia de Tambaú, em João Pessoa, ficando conhecido posteriormente como o *Solitário de Tambaú*.

Além de político, José Américo também se destacou como escritor. Escreveu várias obras, porém sua obra-prima é o romance regionalista *A bagaceira*, lançado em 1928 e, atualmente, com mais de trinta edições em língua portuguesa e traduções para diversos idiomas, entre os quais o espanhol, o inglês, o francês e o esperanto.

Em 1967, foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras, na Cadeira 38, cujo patrono é [Tobias Barreto](#), sucedendo ao professor Maurício Medeiros.

Foi colaborador da *Revista Era Nova* e do jornal *A União*, de João Pessoa, na Paraíba.

Quando se afastou da vida pública, dedicou-se a escrever suas memórias, publicando *O ano do nego*, em 1968, *Eu e eles*, em 1970 e *Antes que me esqueça*, em 1976.

Foi homenageado pela União Brasileira de Escritores, em 1976, com título de *O Intelectual do Ano*, recebendo o troféu *Joça Pato*.

Publicou dezessete obras: *Reflexões de uma cabra* (1922); *A Paraíba e seus problemas* (1923); *A bagaceira* (1928); *Ministério da Viação no Governo Provisório* (1933); *O ciclo revolucionário do Ministério da Viação*; *O boqueirão*; *Coiteiros* (1935); *A secas do Nordeste* (1953); *Ocasos de sangue: crônicas* (1954); *Sem me rir, sem chorar* (1957); *Discursos do seu tempo* (1964); *A palavra e o tempo* (1965); *Ad immortalitatem* (discurso de posse na ABL, 1967); *O ano do nego* (1968); *Graça Aranha, o doutrinador: ensaio* (1968); *Eu e eles* (1970); *Quarto minguante: poesia* (1975); *Antes que me esqueça* (1976).

José Américo de Almeida morreu no dia 10 de março de 1980, em João Pessoa, capital da Paraíba.

Depois da sua morte, a casa em que vivia foi transformada em museu, guardando as mesmas características de quando nela residia. Hoje o *Museu José Américo de Almeida* faz parte da Fundação José Américo, órgão cultural mantido pelo Governo da Paraíba.

FONTES CONSULTADAS:

BIOGRAFIAS: José Américo de Almeida. Disponível em:
< http://www.cpdoc.fgv/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_joseamericoalmeida.htm >
Acesso
em: 8 jun. 2005.

JOSÉ Américo de Almeida. Disponível em:
< <http://www.academia.org.br/imortais/cad/38americo.htm> >. Acesso em: 6 jun. 2005.

JOSÉ Américo de Almeida. Disponível em:
<<http://www2.aplpb.com.br/academifcos/josea.htm>> Acesso em 8 jun. 2005.

MENEZES, José Rafael de. *José Américo de Almeida, um homem do bem comum*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

Obra principal: *A bagaceira* (1928)

RESUMO

Durante uma terrível seca, os retirantes sertanejos, Valentim Pereira, sua filha, Soledade, e um agregado, Pirunga, buscam abrigo no engenho de Dagoberto Marçao, "coronel" rico, viúvo e dominador no velho estilo patriarcal, e que tem um único filho, Lúcio, estudante de Direito no Recife. Entre Lúcio e Soledade brota um forte afeto, mas o rapaz hesita em dar plena seqüência ao flerte por não ter convicção de que seria capaz de amá-la no contexto urbano e intelectualizado onde ele, Lúcio, vivia.

O filho do "coronel" volta aos estudos, porém ao retornar à propriedade do pai, em novas férias, descobre que Soledade fora seduzida. Em princípio, Valentim, o pai da jovem, supõe que o sedutor é o feitor do engenho e termina por assassiná-lo, de acordo com os rígidos códigos sertanejos. Lúcio se oferece para defender Valentim, que está preso, e lhe comunica que deseja casar-se com Soledade. Entretanto, como numa tragédia grega, vem a terrível revelação: a moça perdera a virgindade com Dagoberto. O "coronel" e a moça fogem então para a propriedade de Valentim, no sertão paraibano. O agregado Pirunga os acompanha, porém - assumindo a idéia de vingança em nome da honra sertaneja - acaba provocando a morte do senhor de engenho.

Lúcio assume o controle do engenho, interrompe o circuito da vingança(1) e dá início à modernização da propriedade que fora de seu pai, tanto em termos produtivos quanto em termos sociais. Anos mais tarde, em outra seca, Soledade, completamente envelhecida, deixa sob a proteção de Lúcio, um menino, que era filho de Dagoberto.

O QUE OBSERVAR EM A *BAGACEIRA*

A) O relato abre o ciclo do romance de 30 entre outras razões por sua força de denúncia dos horrores gerados pela seca.

B) Importante notar o prefácio que, como em muitas obras inaugurais, vale tanto ou mais do que próprio texto narrativo. Destaque para o espanto do escritor face às

mazelas: "Há uma miséria maior do que morrer de fome no deserto: é não Ter o que comer na terra de Canaã."

C) Há um choque de três visões que correspondem a três processos sócio-culturais distintos:

- 1) Visão rústica dos sertanejos, com seu sentido ético arcaico.
- 2) Visão brutal e autoritária do senhor de engenho, representando a velha oligarquia.
- 3) Visão civilizada (moderna, urbana) de Lúcio, traduzindo um novo comportamento de fundo burguês e que logo seria autorizado pela Revolução de 30.

D) Significativo é o projeto modernizador de Lúcio ao assumir o comando do engenho: alfabetização dos filhos dos trabalhadores, melhores condições de habitação, etc. Ou seja, aquilo que Getúlio Vargas proporia nos anos seguintes como alternativa para o país.

E) Estilisticamente o livro apresenta uma mistura (mal resolvida) de linguagem tradicional - dominada por um tom desagradavelmente sentencioso - com um gosto modernista por elipses e imagens soltas, e ainda pelo uso de algumas expressões coloquiais ou regionais.

F) Fora sua notável importância histórica, *A bagaceira* é um romance frustrado por causa do excesso de análise sociológica. É como se a ânsia do autor em tudo explicar, destruísse todo e qualquer efeito sugestivo da narrativa. Luís Costa Lima explicitou bem esse defeito: " A falha central do novelista é a sua incapacidade de ultrapassar o realismo mais primário."

A Bagaceira

Resumo: *José Américo de Almeida*

A Bagaceira, de José Américo de Almeida, foi publicado em 1928 e é considerado o marco inicial do romance regionalista do nosso Modernismo. O enredo baseia-se no êxodo da seca de 1898, descrito como "(...) Uma ressurreição de cemitérios antigos - esqueletos redivivos, com o aspecto e o fedor das covas podres(...)". O Conflito central gira em torno do triângulo amoroso Soledade-Lúcio-Dagoberto. Soledade chega ao engenho de Dagoberto, pai de Lúcio, acompanhada de outros retirantes: Valentim, seu pai; Pirunga, seu irmão de criação e outros que fugiam da seca. Lúcio e Soledade se apaixonam. A relação entre ambos ganha dramaticidade quando Dagoberto violenta a amada do filho e faz dela sua amante. A história trágica de amor serve puramente como pretexto para que o autor, político paraibano, denuncie a questão social no seu estado e no Nordeste. Há ainda a análise da vida dos retirantes que aparecem nas bagaceiras dos engenhos, em tempos de estiagem, e não são bem-vistos pelos brejeiros (trabalhadores permanentes dos engenhos). O Professor Joel Pontes, da UFP, já falecido, em crítica publicada no livro Pequeno Dicionário da Literatura Brasileira, organizado pelos Professores Massaud Moisés e José Paulo Paes, diz que o romance foi publicado na hora certa e fez séria oposição ao cosmopolitismo dos modernistas da fase inicial.

Segundo o professor, *A Bagaceira* foi a base para a consolidação da obra de Graciliano Ramos, José Lins do Rego e Raquel de Queiroz. Personagens como Dagoberto, Pirunga e Soledade retornam melhor caracterizados nas obras dos escritores posteriores. Mas ele deixa claro que o romance tecnicamente não inova a prosa nordestina, pois ainda é um romance de tese. Prova é o capítulo "O Julgamento", típico dos romances do século XIX e também presente em "Os Sertões", de Euclides da Cunha. O destaque do romance fica por conta do lastro sociológico e da poetização de cenas e sentimentos. Só estes dois detalhes já o colocam como obra importante da literatura brasileira de todos os tempos.

Leia um pequeno trecho do romance para evidenciar o que foi dito:

mas estropiados como que iam dançando, de tão trôpegos e trêmulos, num passo arrastado de quem leva as pernas, em vez de ser levado por elas. Andavam devagar, olhando para trás, como quem quer voltar. Não tinham pressa de chegar, porque não sabiam aonde iam. Expulsos do seu paraíso por espadas de fogo, iam, ao acaso, em descaminhos, no arrastão dos maus fados.

(...)

Meninotas, com pregas da súbita velhice, careteavam, torcendo as carinhas decrépitas de ex-voto. Os vaqueiros másculos, como titãs alquebrados em petição de miséria. Pequenos fazendeiros, no arremesso igualitário, baralhavam-se nesse anônimo aniquilamento.

(...)

A colisão dos meios pronunciava-se no contato das migrações periódicas. Os sertanejos eram malvistos nos brejos. E o nome brejeiro cruelmente pejorativo. Lúcio responsabilizava a fisiografia paraibana por esses choques rivais. A cada zona correspondiam tipos e costumes marcados.

(...)

Dagoberto olhava por olhar, indiferente a essa tragédia viva. A seca representava a valorização da safra. Os senhores de Engenho, de uma avidez vã, refaziam-se da depreciação dos tempos normais à custa da desgraça periódica."

A Bagaceira

José Américo de Almeida

O romance se passa entre 1898 e 1915, os dois períodos de seca. Tangidos pelo sol implacável, Valentim Pereira, sua filha Soledade e o a filha do Pirunga abandonam a fazenda do Bondó, na zona do sertão. Encaminham-se para as regiões dos engenhos, no rejo, onde encontram acolhida no engenho Marzagão, de propriedade de Dagoberto Marçau, cuja mulher falecera por ocasião do nascimento do único filho, Lúcio.

Passando as férias no engenho, Lúcio conhece Soledade, e por ela se apaixona. O estudante retorna à academia e quando de novo volta, em férias, à companhia do pai, toma conhecimento de que Valentim Pereira se encontra preso por ter assassinado o feitor Manuel Broca, suposto sedutor e amante de Soledade. Lúcio, já advogado, resolve defender Valentim e informa o pai do seu propósito: casar-se com Soledade. Dagoberto não aceita a decisão do filho. Tudo é esclarecido: Soledade é prima de Lúcio, e

Dagoberto foi quem realmente a seduziu. Pirunga, tomando conhecimento dos fatos, comunica ao padrinho (Valentim) e este lhe pede, sob juramento, velar pelo senhor do engenho (Dagoberto), até que ele possa executar o seu "dever": matar o verdadeiro sedutor de sua filha. Em seguida, Soledade e Dagoberto, acompanhados por Pirunga, deixam o engenho e se dirigem para a fazenda do Bondó. Cavalgando pelos tabuleiros da fazenda, Pirunga provoca a morte do senhor do engenho Marzagão, herdado por Lúcio, com a morte do pai.

Em 1915, por outro período de seca, Soledade, já com a beleza destruída pelo tempo, vai ao encontro de Lúcio, para lhe entregar o filho, fruto do seu amor com Dagoberto.

Diário do Nordeste

•

CADERNO3

A OPINIÃO DO ESPECIALISTA

‘A Bagaceira’: o mundo visto de dentro

- Imprimir
- Enviar
- Aumentar
- Diminuir

MATÉRIAS RELACIONADAS

- (2/1/2007) - Cadê o mercado?
- (31/12/2006) - Funções e aptidões

Vagar pelas léguas do sertão em busca de paisagens em que o sol, imperiosamente cruel, ceda lugar à sombra amorosa, que não deixa a água ser tragada pelas gretas do barro escaldante, parece ter sido o destino de multidões de retirantes Nordeste afora. A Literatura, amiga de relatar peregrinações, quis contar essas histórias de muito caminhar e o fez com tal frequência e intensidade que se criou uma classificação especial para essas narrativas do século XX: o romance de 30 nordestino. Muitos desses retirantes desfilam hoje em nossa memória: Chico Bento, Cordulina e seus cinco filhos, de “O Quinze”; Fabiano, Sinhá Vitória e os dois meninos, o mais novo e o mais velho, caminheiros das “Vidas Secas”. Só que, como se sabe, o romance de 30 tem a peculiaridade de nascer um pouco antes do tempo, em 1928, pelas mãos hábeis de José

Américo de Almeida, que nesse ano, publicou “A Bagaceira”. Assim, por um critério de precedência aos personagens citados se antecipariam Valentim Pedreira, Soledade e Pirunga que fogem da tremenda seca de 1898 e vão dar no engenho de Dagoberto Marçau e de seu filho, Lúcio. O romance explora a tensão entre as práticas de comportamento de sertanejos e habitantes do brejo, marcando sua filiação ao texto de natureza documental. José Américo, contudo, abre novas possibilidades de leitura para sua narrativa que envereda pelos desvãos das almas das personagens, espaços de tormenta, habitados ora pela solidão, ora pelos ecos da memória do passado. Por essa trilha seguirão depois muitos de nossos grandes escritores. Guimarães Rosa chega a confessar: “José Américo abriu para todos nós o caminho do moderno romance brasileiro”.

Em “A Bagaceira”, pai e filho se digladiam não apenas quando a questão é o amor de Soledade, mas vivenciam, principalmente, uma luta interna por não conseguirem destravar a afetividade ligada às emoções ternas. Para o pai, morador dos ermos do casarão, a presença do filho, vindo de férias do colégio interno: “Em vez de confortar-lhe o abandono, agravava-o, mais e mais, como uma sombra intrusa”. Assim, resta ao outro solitário refazer o caminho da infância. A armação psicológica de Lúcio é construída através de uma transposição de tempos na qual o passado demonstra seu poder de virar presente na vida adulta. Não lhe cabe, porém, melhor sorte nessa viagem de volta. São muitas as lembranças da época de criança, um “enxame assanhado” delas, onde figuram a escola como atmosfera de tédio e desprazer e ainda o próprio retrato do menino de outrora com borões que maculam a imagem da criança como alguém livre de maus instintos e onde se põe a nu a crueza do sadismo infantil. Atento a todos esses aspectos, Tristão de Athayde dizia: “Não é apenas um grande livro nosso: é um grande livro humano”. De fato, ao relatar a saga de retirantes, o romance vai além e penetra em terrenos desérticos onde moram ressequidas almas, incapazes de se comunicar, vagando a esmo numa terra ingrata, amparadas unicamente pela própria solidão.

*FERNANDA COUTINHO **

** Doutora em Teoria da Literatura e Professora do Curso de Letras da UFC.*

Migrantes nordestinos e o ponto de vista

Os migrantes nordestinos entram na literatura brasileira como referência superficial. Isso acontece em *O cabeleira* (1876), de Franklin Távora. Esse decênio de 1870, segundo Antonio Candido^[1], sacudiu o ideário brasileiro com a presença marcante de dois elementos: a divulgação de novas correntes européias de pensamento e a campanha abolicionista.

Em centros irradiadores como o Recife, o Ceará e sobretudo o Rio de Janeiro, desenvolveu-se intensa atividade crítica muito inspirada pelo Positivismo de Comte e

depois pelas diversas modalidades de evolucionismo, além da repercussão da disseminação das novas ciências como a Biologia, a Lingüística, a Etnografia, a Antropologia e a Física. O choque causado entre essas correntes e o ideário romântico provoca um forte questionamento da legitimidade das oligarquias e as hierarquias de privilégios. A luta contra o poder baseado no personalismo e no paternalismo ganha força com instrumentos novos de argumentação.

Nesse cenário, Franklin Távora inicia uma série de publicações que têm o objetivo de resgatar as histórias do nordeste e fazê-las visíveis para o povo do sul, especialmente para o Rio de Janeiro, ainda nessa época o grande centro intelectual do país. Há pouco, em 1875, Alencar havia lançado um romance que tratava das coisas do sertão cearense, *O sertanejo*. Alencar, em momentos iniciais da narrativa, confessa lembrar sua terra natal. Mas sabemos que memória e invenção andam de mãos dadas e no caso de Alencar a invenção vai a par e passo com a idealização. Arnaldo, o sertanejo de Alencar, é um homem que tem todas as virtudes da terra e todos os dons da natureza. Nascido sob o signo de um milagre, ele tem qualidades extraordinárias. Arnaldo tem como bicho de estimação uma onça, a que Alencar, muitas vezes profere chamar de tigre. Para dar uma breve noção do tratamento que deu Alencar ao tema, vejamos o trecho a seguir. É uma passagem em que Arnaldo se prepara para dormir:

E buscou no recôndido da floresta a sua malhada favorita. Era esta um jacarandá colossal, cuja copa majestosa bojava sobre a cúpula da selva como a abóbada de um zimbório.

Ali costumava o sertanejo passar a noite ao relento, conversando com as estrelas, e a alma a correr por esses sertões das nuvens, como durante o dia vagava ele pelos sertões da terra.

É este um dos traços do sertanejo cearense; gosta de dormir ao relento, em céu aberto, sob essa cúpula de azul marchetado de diamantes, como não a têm nos mais suntuosos palácios.

Aí, no seio da natureza, sem muros ou tetos que se interponham entre ele e o infinito, é como se repousasse no puro regaço da mãe pátria acariciado pela graça de Deus, que lhe sorri na luz esplêndida dessas cascatas de estrelas.^[2]

O romance que Távora faz publicar um ano depois de *O sertanejo*, não é menos romântico, mas a escolha do tema do cangaço é inédita na literatura da época mais dada ao folhetim de romance de costumes. Inédito também é o ponto de vista adotado por Távora.

No romance de Alencar, o ponto de vista é solidário da classe alta, dos senhores das terras. O tratamento do tema flutua entre o pitoresco e o exótico e o tom é de condescendência. Em *O cabeleira*, o ponto de vista é o do cangaceiro, pobre. E o tom é de desmistificação, de denúncia.

Baliza para o regionalismo nordestino, *O cabeleira* narra a trajetória de um foradalei malvado que redimiou-se pelo amor de uma moça direita. As proezas e as atrocidades do bando comandado por Cabeleira são entremeados por forte documentação histórica.

Távora investiu em um tipo de texto que pudesse unir ficção e realidade e essa empresa é ao mesmo tempo seu trunfo e sua derrota. A pesquisa documentária ganhou impulso entre nós apenas em 1878 quando à *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* junta-se o apoio dos *Anais da Biblioteca Nacional*. Entretanto, a crítica literária atribuiu ao romance uma certa imperícia literária pois esse expediente entrava a fluidez narrativa uma vez que fatos históricos e intriga aparecem no mais das vezes justapostos de modo desconexo.

Os retirantes aparecem em *O cabeleira* quando em determinado momento um velho explica ao cangaceiro as causas de sua situação miserável e cita que a pouca criação que tinha fora tomada pelos “magotes de gente, que vem aí em retirada, caindo aqui, morrendo acolá de fome, só de fome”^[3].

No trecho citado anteriormente do romance de Alencar, é possível perceber o tom de autoridade com que o narrador elabora sua matéria. E o ponto de vista do narrador, superior e educado, está em profundo acordo com aquele do possível leitor, sujeito da classe alta ou jovem que lê em companhia da família após a ceia.

Já em *O cabeleira*, o narrador não está tão à vontade assim. Incomodado, ele sente que sua narrativa vai ferir o gosto de seu leitor e por isso vez por outra desculpa-se, como lemos no trecho abaixo:

Não é sem grande constrangimento, leitor, que a minha pena, molhada em tinta, graças a Deus, e não em sangue, descreve cenas de estranho canibalismo como as que nesta história se lêem. Aperta-se-me o coração sempre que me vejo obrigado a relatá-las. ... Mas desgraçadamente estas cenas não são geradas pela minha fantasia. São fatos acontecidos há pouco mais de um século. ... Não estou imaginando, estou, sim, recordando...^[4]

Podemos concluir essa oposição entre Alencar e Távora afirmando que no primeiro o ponto de vista é pelo alto e no segundo por baixo. Mas há algo em comum. Tanto um como outro mantém certa distância da matéria narrada. Seus narradores de terceira pessoa contam a história de um ponto de vista externo.

Em *A bagaceira* (1928), de José Américo de Almeida, os retirantes aparecem já como figuras de maior importância narrativa. Esse romance mostra o princípio do esgotamento do modo de produção mais rústico do açúcar baseado apenas na enxada e na coivara (ferro e fogo).

O embate entre o patriarca, Dagoberto Marçau, senhor de engenho e seu filho, Lúcio, rapaz estudado, cheio de idéias para implementação de técnicas agrícolas modernas, será aumentado pela disputa do amor de uma bela jovem, a retirante Soledade, filha do sertanejo Valentim Pedreira. Os salvados (da casa grande) e os perdidos (pequenos sítiantes que perdem tudo na época da seca e buscam abrigo na grande propriedade) formam outra oposição do romance.

A bagaceira tem uma recepção crítica muito boa que o eleva a marco da literatura social nordestina^[5]. Os rasgos de crítica social aproximam este romance de *O cabeleira*. A narração é feita em terceira pessoa e o ponto de vista também é externo à história e se solidariza ora com o ponto de vista de cima, ora com o de baixo.

Em *O quinze*, os retirantes aparecem também como pano de fundo, mas o tratamento do tema é totalmente diverso. O tom de crítica social desaparece e a narrativa ganha leveza. A fatura técnica do romance é muito exaltada principalmente no que diz respeito à simplificação estilística que torna a prosa de Rachael de Queiroz enxuta e viva.

O quinze narra, do ponto de vista de Conceição, em terceira pessoa, a terrível seca de 1915. Ainda a perspectiva da narração encontra-se solidária do ponto de vista da casa-grande. Conceição é moça estudada que, como Lúcio, vem passar as férias no interior.

Conceição é o ponto de cruzamento de outras duas linhas narrativas: as lidas e os sonhos de seu pretendente Vicente, seu primo e a saga da família de Chico Bento, um vaqueiro de uma fazenda vizinha à da avó de Conceição. Chico Bento é obrigado a deixar a terra por causa da seca. A proprietária não tem mais recursos para manter sua família ali e o dispensa. E assim como cresce a impossibilidade de realização do amor

de Conceição e Vicente, cresce a compreensão e a vontade de dever que ela sente para com aquele mundo de gente em retirada, reunidos em campos de concentrações terríveis, explorados por governantes trambiqueiros que extraviam recursos que pleitearam com base na desgraça alheia.

Vicente, por seu lado, dá duro tentando salvar sua criação da seca e para isso trabalha incansavelmente. É por momentos raros de esgotamento que lhe aparecem uns sonhos, umas vontades de emigrar dali para um lugar melhor, para São Paulo, como podemos ler nos trechos copiados abaixo:

No entanto, agora, Conceição estava bem longe.

Separava-os a agressiva miséria de um ano de seca; era preciso lutar tanto, e tanto esperar para ter qualquer coisa de estável a lhe oferecer!

Teve um súbito desejo de emigrar, de fugir, de viver numa terra melhor, onde a vida fosse mais fácil e os desejos não custassem sangue.

...

Quando, mais tarde Vicente dormia, teve um sonho esquisito:

Conceição, caída por terra, se debatia gemendo.

Ele tentava erguê-la,

E, largando-a subitamente:

- É melhor deixar você aqui, porque eu tenho que ir-me embora para S. Paulo...^[6]

O ponto de vista adotado na narração de *O quinze* é interno. Com uma espécie de terceira pessoa levemente dramatizada, a narração escorrega para o discurso indireto livre em determinados momentos de entrega ao personagem. Como exemplo cito o trecho a seguir onde, por uma série de desenganos, Conceição acredita ter Vicente andado de caso com Zefina. É interessante notar como no final do trecho a voz do narrador e a voz da personagem se confundem. Pergunto: quem fala “cínico”? A narradora, a autora, a personagem?

Conceição, olhando-o de frente insistiu:

- As filhas também são muito boas, não são? A Zefina mormente...
- Ele, com o mesmo gesto inocente, confirmou:
- Muito boa rapariga. É quem cuida de minha roupa.
- É!... – E Conceição, furiosa com a incompreensão verdadeira ou fingida, e com o sossego dele, concentrou nesse “é” toda sua ironia despeitada.

Mas não pode ir mais longe por causa da presença da avó... Cínico!
Cínico!^[7]

Vidas Secas (1938), de Graciliano Ramos é o primeiro romance que coloca na condição de protagonista o migrante nordestino. A narração é feita em terceira pessoa e o narrador apresenta momentos de aproximação e afastamento da matéria narrada.

Alfredo Bosi no ensaio “Céu, inferno”^[8] investiga minuciosamente a distância e a aproximação que o narrador estabelece das personagens, especialmente de Fabiano. Ele explica como na narrativa há cortes nítidos entre o ponto de vista da personagem que é aquele de um vaqueiro pobre, muito desconfiado da palavra e com especialidade da palavra escrita, e que segue de modo quase natural para um destino onde pensa encontrar meios de uma vida melhor. O narrador olha de cima o destino do vaqueiro e dá o salto que ao outro é impossível. Enuncia os efeitos de uma realidade opressiva na vida do dia-a-dia de cada um dos membros daquela família.

Bosi mostra ainda como nos momentos de aproximação entre as mentes de narrador e personagem, Graciliano marca com teor revolucionário sua realização. Como o personagem, o narrador também desconfia do discurso “civilizado”. De um lado, a voz do personagem iletrado é fragmentada e lacônica, mas para o narrador, por outro lado, a voz do letrado é perigosa.

Vidas secas constitui o primeiro romance do *corpus* dessa pesquisa. Esse romance de Graciliano desafiou os críticos de sua época tanto no quesito classificação do texto que é curto para os padrões da época e formado por episódios autônomos justapostos de modo descontínuo; quanto na apreciação de seu discurso que não poderia ser descrito nem como monólogo interior, nem como discurso indireto livre na sua construção de terceira pessoa que parece quase invisibilizar o narrador.

Vidas secas, último romance de Graciliano Ramos, é de 1939 e fez alarde ao fazer o que causava grande interesse na época: o desvendamento social ou seja, o romance mostrou um Brasil que estava invisível. Távora já no século XIX tentava fazer essa parte do país ser vista, mas é só no decênio de 1930 que há condições favoráveis para que essa visão seja aceita.

No decênio de 1930, segundo Antonio Candido^[9], ocorre em toda América Latina uma alteração de perspectivas já que a idéia de “país novo” que ainda não teve

condições de cumprir suas grandes possibilidades de progresso e futuro é substituída pela noção de subdesenvolvimento que ao invés da grandeza marca a falta e a atrofia.

A consciência amena do atraso ligada à ideologia de “país novo” dá lugar à consciência catastrófica do atraso. E essa consciência atravessada pela noção de subdesenvolvimento marca um momento no qual escritores e escritoras encontram novas formas literárias de tratar o tema da vida rural agora livre de um tratamento exótico e pitoresco marcado pela curiosidade.

Àngel Rama, na primeira parte do livro *Transculturación narrativa en America Latina*^[10], percebe essa ruptura e a explica em termos de transculturação. Os escritores transculturados são aqueles que conseguem diminuir a distância entre a voz do povo do interior, impregnada de oralidade e “cor local” e a voz do narrador, alta e culta.

É o escavamento destas formas literárias, que surgem com essa mudança de perspectiva no plano social, em obras que tem como protagonistas migrantes nordestinos/as o que a pesquisa procura realizar tentando aproximar forma literária e processo social. Há, na proposta, a tentativa de estabelecer a trajetória dessa figura migrante no cânone da literatura brasileira.

A hipótese é a de que a personagem migrante nordestina entra no cânone da literatura brasileira na condição de tema, de objeto da narração e a pouco e pouco conquista sua voz. Em *Vidas secas*, a voz do migrante é subalterna à voz do narrador de terceira pessoa, além de, no nível da matéria narrada, estar quase que reduzida a sons e interjeições guturais que produzem uma linguagem monossilábica e gaguejada.

Segundo texto a ser analisado, *Morte e vida severina: auto de natal de pernambuco* (1956), resgata de um longo período de esquecimento o tema da migração nordestina. Nesse caso, o gênero escolhido, o auto, por definição leva o migrante a falar por si. Coisa ainda não realizada em obra romanesca até então. Infelizmente, o auto não chega a atingir as classes pobres, como era desejo de seu autor, mas cai no gosto de uma certa fatia de intelectuais de esquerda que ajudam na divulgação do texto e na realização de montagens.

Na década de setenta aparecem *Essa terra* (1976) de Antônio Torres e *A hora da estrela* (1977), de Clarice Lispector, mais dois para o *corpus* da pesquisa. Em *Essa terra*, o migrante aparece pela primeira vez na forma de um eu – finalmente chega à primeira pessoa o migrante nordestino. O romance narra como um jovem, Totonhim, a

exemplo de seu irmão mais velho, vai deixar a família em busca de uma vida melhor em São Paulo.

Mas como a conquista da voz da personagem migrante na literatura não é uma linha evolutiva, aparece pouco depois o romance de Clarice Lispector, *A hora da estrela*. Nesse romance, Macabéa, a nordestina, é atropelada pelas vozes da autora e do narrador e finalmente pela grande cidade. Portanto, é apenas com *Essa terra* e com *A hora da estrela* na década de 1970 que a personagem toma posse de um eu ainda que não tão consolidado.

Vidas secas (1939), *Morte e vida severina* (1956) e *Essa terra* (1976), no escopo das obras estudadas nesta pesquisa, retratam o problema da migração em sua origem. A personagem é tratada como retirante e o ambiente é sempre o do sertão. A partir de *A hora da estrela* (1977), a personagem já está emigrada.

Macabéa anda pelas ruas do Rio de Janeiro. Nesse ponto ela não é mais denominada como retirante a não ser como pecha. Isto é, no nordeste a palavra retirante significa aquele que vai para o sul em retirada. No sul a palavra retirante adquire uma carga negativa e se transforma quase que num xingamento.

O problema da identificação marca profundamente todos os romances que tratam o tema de uma perspectiva externa em terceira pessoa. Especialmente em *Vidas secas* e em *A hora da estrela* a questão da não identificação entre narrador e personagem gera saídas técnicas de expressão que põe à prova a genialidade técnica desses dois grandes autores: Graciliano e Clarice.

Em *A hora da estrela*, a autora não se identifica com a personagem e assim passa a narração para um outro que vai mediar as duas de modo que os três, autora, narrador e personagem, se engalfinham na narração. O problema do escritor que tenta dar voz aos que não tem expressa bem a questão da autora que passou boa parte da infância em Recife, como pode-se ler nos trechos abaixo citados:

Como é que sei tudo o que vai se seguir e que ainda o desconheço, já que nunca o vivi? É que numa rua do Rio de Janeiro peguei no ar de relance o sentimento de perdição no rosto de uma moça nordestina. Sem falar que eu em menino me criei no Nordeste. Também sei das coisas por estar vivendo. Quem vive sabe, mesmo sem saber que sabe.^[11]

É parece que estou mudando de modo de escrever. Mas acontece que só escrevo o que quero, não sou um profissional – e preciso falar dessa nordestina senão sufoco. Ela me acusa e o meio de me defender é escrever sobre ela.^[12]

Marilene Felinto, com *As mulheres de Tijucopapo* (1982), é a primeira a explorar, em primeira pessoa, a condição de migrante nordestina em São Paulo. E nesse cavoucar de sua história ela se depara com os fantasmas de sua infância, com os maus-tratos da mãe e as traições do pai. Sua prosa é confessional e estouvada, enfezada e poética. A invenção de uma origem digna, diferente daquela terrível, é o motor de sua pungente narrativa.

Em 1997, Antônio Torres publica *O cachorro e o lobo*, romance que narra a volta daquele personagem Totonhim que foi para São Paulo em 1976 em *Essa terra*. Romance de primeira pessoa, de rememoração, de reconciliação, *O cachorro e o lobo* mostra os efeitos das modernizações descaminhadas no agreste. O ponto de vista é de um eu maduro e conformado, mais compreensivo e observador do que crítico.

Marilene Felinto e Antônio Torres são os escritores do migrante nordestino em primeira pessoa. Torres ambienta seus dois romances, *Essa terra* (1976) e *O cachorro e o lobo* (1997) em Junco, cidadezinha do interior bahiano. Em *As mulheres de Tijucopapo* (1982), a ambientação está pegada ao onírico, e seu ponto de vista é construído a partir do presente da personagem, pessoa bem sucedida, moradora de São Paulo.

Pelo que estivemos vendo até agora, o migrante aparece como retirante nos primeiros textos em que aparece: *O cabeleira* (1876), *A bagaceira* (1928), *O quinze* (1930), *Vidas secas* (1938), *Morte e vida severina* (1956), *Essa terra* (1976). Na década de 1970, acontece uma virada na perspectiva do narrador nas histórias dos migrantes. Com *A hora da estrela* (1977), o migrante já não é mais descrito como retirante e sua história já é contada a partir do lugar para onde emigrou. *Mulheres de Tijucopapo* (1982) e *O cachorro e o lobo* (1997) já são romances em que a personagem migrante conta sua própria história em primeira pessoa, já aqui sujeita de seu discurso, e bem enraizada no local para onde emigrou, no caso desses dois romances, São Paulo.

Ainda está em curso a pesquisa que vai entender como esse movimento na forma narrativa dialoga com os processos sociais que envolvem essa condição migratória nordestina. No entanto, à primeira vista já é possível tirar a primeira

conclusão. A questão deixou o centro das atenções da expressão nordestina. O tema da migração parece ter uma relação muito estreita com a tardia modernização do nordeste. Modernização incompleta, mas que parece ter alterado o lugar e o sentido da migração para o sul.

[1] Cf. CANDIDO, Antonio. *Iniciação à literatura brasileira*. São Paulo: Humanitas, 1999. p. 48 e ss.

[2] ALÊNCAR, José de. *O sertanejo*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1991, p. 31.

[3] TÁVORA, Franklin. *O cabeleira*. 5ª ed. São Paulo: Ática 1988. p. 128.

[4] Idem, p. 68

[5] Cf. BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1980. p. 443-4.

[6] QUEIROZ, Rachael. *O quinze*. 12ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970. p. 58-9

[7] QUEIROZ, Rachael. *O quinze*. 12ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970. p. 82

[8] BOSI, Alfredo. *Céu, inferno: ensaios de crítica literária e ideológica*. São Paulo: Ática, 1988. p. 10-32.

[9] Cf. CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In: *A educação pela noite e outros ensaios*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2000. p. 140-163.

[10] RAMA, Ángel. *Transculturación narrativa en America Latina*. Mexico: Siglo veiniuno, 1982.

[11] LISPECTOR, Clarice. *A hora da estrela*. 23ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 26

[12] Idem, p. 31.

voltar